

## ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, na sala n<sup>o</sup>. 330 do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e quinze minutos, reuniu-se em sessão extraordinária o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, com a presença dos seguintes membros: Paulo Machado, representante suplente do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Daelson Oliveira Viana, representante suplente do Ministério da Justiça; Paulo Afonso Vieira Júnior, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Coronel Eduardo da Silva, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Helenita Caiado de Acioli, representante titular da Procuradoria-Geral da República. Foi designado o Senhor Tiago Falcão Silva como representante da Casa Civil da Presidência da República; Participou da Sessão diversos servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). O Presidente da Sessão após os cumprimentos de praxe, informou os assuntos da pauta: 1) apreciação de 43 projetos estaduais e 2) apreciação de 03 projetos municipais.

**DELIBERAÇÕES:** Por decisão do Conselho a pauta foi iniciada pela apreciação dos seguintes projetos municipais.

UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
<b>Corumbá - MS</b>	002679/2005-68	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Preventivas	123.200,00	193.932,00	317.132,00
<b>Indaiatuba-SP</b>	000425/2005-13	Implantação da Matriz Curricular Nacional para Formação de Guardas Municipais	5.035.578,88	12.800,00	5.048.378,88
<b>Vargem Grande Paulista - SP</b>	001564/2005-56	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Sociais	54.760,00	71.120,00	125.880,00

O Projeto n<sup>o</sup>. 002679/2005-68 foi alvo das seguintes observações: a) a Conselheira Helenita Caiado de Acioli questionou a necessidade da aquisição de papel tipo cuchê e sugeriu que quando nos projetos constasse a aquisição de materiais gráficos, que Estado fosse orientado a utilizar materiais de qualidade mais modesta e econômica. O Conselheiro Paulo Machado, também sugeriu, que no próximo ano a SENASP estabelecesse um padrão de papel a ser utilizado em: folder, cartaz, manual, etc. Neste contexto, a Conselheira Helenita Caiado de Acioli mencionou que ao longo do ano foram registradas em várias atas do Conselho Gestor orientações e/ou recomendações dos Conselheiros sobre diversas questões e sugeriu que as deliberações fossem extraídas das atas, relacionadas e repassadas aos Estados e aos técnicos da SENASP para que fossem observadas quando da elaboração e da análise de novos projetos, a fim de evitar debate dos Conselheiros sobre questões pacificadas. Diante dessas observações, o Conselheiro Daelson Oliveira Viana pediu que fosse consignada em ata que seria feita a leitura das atas do Conselho referente ao exercício de 2005, por equipe da SENASP e que seria feito um rol de todas as orientações e recomendações do Conselho. b) A Conselheira Helenita Caiado de Acioli destacou que no projeto constava a compra de 150 kits de uniformes no valor unitário de R\$ 350,00 e indagou se o valor informado estava de acordo com o praticado no mercado. O Conselheiro Daelson Oliveira Viana informou que recentemente foram adquiridos diversos uniformes para a Força Nacional e, após consulta, apresentou ao Conselho a relação dos valores dos uniformes licitados para a Força Nacional, tendo sido constatado pelos Conselheiros que o preço informado estava condizente com o valor de mercado. c) A mesma Conselheira, observou, também, que o valor a ser gasto com a manutenção de instrumentos musicais correspondia a aproximadamente 10% do valor do convênio e pediu que fosse verificado o tempo desta manutenção. A Técnica da SENASP Ticiano Nascimento Egg

esclareceu que a manutenção de instrumentos musicais é muito alta em razão da especificidade dos serviços e que a manutenção contemplava também a reposição de peças e declarou que o tempo da manutenção transcorreria dentro do estabelecido para o convênio, que normalmente é de dois anos. Encerradas estas considerações, o projeto foi aprovado.

O Projeto nº 000425/2005-13 trata-se de uma experiência piloto que visa à capacitação da Guarda Municipal de 19 municípios por meio de um consórcio. O Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior observou que o trabalho seria desenvolvido por intermédio de uma fundação e questionou como seria a forma de repasse dos recursos. A Técnica informou que os recursos serão repassados para a Prefeitura de Indaiatuba. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli perguntou se algum dos municípios inseridos no mencionado consórcio já havia sido contemplado com recursos do Fundo. A Técnica Ticiano Nascimento Egg esclareceu que diversos municípios, participantes do consórcio em referência, apresentaram projetos no ano em curso, porém, foram, previamente, orientados a não apresentarem pleitos relacionados à capacitação. Após estes esclarecimentos, o projeto foi aprovado.

O Projeto nº 001564/2005-56 foi aprovado pelo Conselho, havendo, entretanto, manifestação do Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior com referência à realização de oficinas concomitantemente com a confecção do diagnóstico, pois em seu entendimento deveria ser feito primeiro o diagnóstico, que propiciaria informações sobre a situação do município para, então, serem definidas as oficinas em conformidade com as necessidades detectadas. A Técnica Ticiano Nascimento Egg explicou que o Município definiu as oficinas após a identificação de necessidades nas regiões mais perigosas e carentes. Diante deste esclarecimento, o mesmo Conselheiro indagou se haveria, então, a necessidade de confecção do diagnóstico. A Técnica esclareceu que os dados obtidos no diagnóstico são mais específicos e qualificados. Exemplificou que freqüentemente os municípios até identificam alguns problemas como falta de segurança escolar, aumento da violência etc porém ao serem questionados sobre o número ou tipo das ocorrências, muitos respondem que não possuem dados tão detalhados. Por fim, destacou que embora as oficinas tenham sido norteadas por problemas definidos de forma genérica, não deixam dúvidas que trarão resultados positivos e efetivos para o município.

Na seqüência, o Presidente Paulo Machado solicitou que a Técnica Ticiano Nascimento Egg prosseguisse fazendo a apresentação dos projetos Estaduais, no âmbito da ação denominada Implantação de Projetos de Prevenção da Violência, tendo sido apresentados os seguintes projetos:

UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
RN	004475/2004-81	Prevenção ao uso de drogas e combate à violência doméstica - PROERD	136.666,00	21.852,00	158.518,00
PR	004474/2004-36	Prevenção da Violência	411.193,20	162.464,80	573.658,00

Os projetos acima evidenciados foram aprovados sem que houvesse a necessidade de registros específicos.

Antes da apresentação do próximo bloco de projetos estaduais, o Presidente da Sessão o Conselheiro Paulo Machado solicitou a complementação de verba no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a ser aportada no Contrato nº 111/2005 (Prot. nº 003998/2004-78), com intuito de dar continuidade aos trabalhos de melhoria da infra-estrutura do Sistema de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública e Justiça – INFOSEG. O Presidente esclareceu que o Conselho já havia aprovado anteriormente a abertura do processo licitatório num valor estimado de R\$ 4.500.000,00, entretanto, transcorrido o processo licitatório, o valor cotado, no menor preço, ficou em R\$ 5.000.000,00. Isto posto, o mesmo Conselheiro explicou que a complementação solicitada visava tão-somente

compatibilizar o valor aprovado com o valor a ser efetivamente contratado. Os Conselheiros aprovaram a complementação.

Em seguida, o Presidente da Sessão passou a palavra ao servidor da SENASP, José Rubens Valentim Souza, que apresentou os projetos a seguir especificados, no âmbito da ação Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança (área de inteligência), os quais foram aprovados sem objeções:

UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
RJ	004232/2005-23	Infraestrutura para sistema de inteligência, monitoração e gravação de interceptação de telefonia autorizadas pela justiça <b>(02 ações)</b>	0,00	1.842.326,72	1.842.326,72
RJ	004233/2005-78	Infraestrutura para instalação e operação em caráter permanente da Escola de Inteligência de Segurança Pública <b>(02 ações)</b>	2.874.196,00	1.078.484,02	3.952.680,02

Na seqüência, o Diretor do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública da SENASP, Ricardo Balestreli, fez um balanço sucinto das atividades que estão sendo desenvolvidas nos projetos, a seguir especificados, que se inserem na ação denominada Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional: Ensino à distância, RENAESP, Jornada de Direitos Humanos e Escola de Protagonismo Policial - ESCOPOL. Finda a exposição, o mencionado Diretor, solicitou a complementação de verba no valor R\$ 1.532.000,00 e de R\$ 1.318.300,00, que serão utilizadas, respectivamente, no âmbito dos projetos Jornada de Direitos Humanos e ESCOPOL. O Conselho aprovou os complementos solicitados.

Ainda, dentro da ação Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional, a Técnica Juliana Barroso apresentou os seguintes projetos estaduais:

UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
PB	004369/2005-88	Qualificação dos Profissionais de Segurança Pública	250.000,00	0,00	250.000,00
PR	004471/2004-01	Formação e Valorização Profissional	252.209,60	92.592,00	344.801,60
RR	004342/2004-12	Tecnologia da Informação <b>(02 ações)</b>	197.394,50	0,00	197.394,50
RR	004341/2004-60	Modernização do Instituto de Criminalística - Fase I - <b>(02 ações)</b>	38.187,00	4.243,00	42.430,00
RS	000373/2005-77	Redução de Lesões e Mortes de Ações Preventivas Investigatórias e de Correição Interna e Emprego de Armamento não Letal - <b>(02 ações)</b>	24.143,20	0,00	24.143,20
SC	004496/2004-04	Programa Complementar de Redução da Violência - Administração Legal do Uso da Força Policial – Utilização de Armas e Munições Não Letais. <b>(02 ações) ***</b>	0,00	0,00	0,00
TO	004381/2004-10	Projeto Integrado de Qualificação Técnica de Atividades Policiais	205.803,00	123.750,00	329.553,00

\*\*\* Trata-se de projeto com mais de uma ação, sendo que o recurso concedente será repassado apenas na ação Reaparelhamento. Na de valorização profissional o recurso ficará a cargo da contrapartida do Estado, não figurando portando valor para o concedente.

A Técnica Juliana Barroso informou que quando da análise do Projeto n<sup>o</sup> 004471/2004-01 pediu ao Estado, por diversas vezes, o detalhamento do conteúdo do kit denominado material didático (composto por vários livros), porém até o momento, o Estado não havia atendido a solicitação. Ante o exposto, o Conselho aprovou o projeto condicionado o repasse ao envio das informações solicitadas.

Com referência ao Projeto n<sup>o</sup> 004342/2004-12, apenas a meta 7, refere-se à ação Valorização Profissional, estando as demais metas vinculadas à ação Gestão do Conhecimento. A meta foi aprovada, havendo, no entanto, questionamento do representante da Casa Civil Tiago Falcão Silva quanto à identificação de variações de preços acentuadas em equipamentos com especificação técnicas semelhantes entre um projeto e outro. A Técnica Juliana Barroso informou que a análise é norteada pelas pesquisas de preços inclusas no projeto, as quais são feitas com base no mercado local. O Conselheiro Daelson Oliveira Viana esclareceu que os preços explicitados nos projetos são estimados, para preparação do processo licitatório.

Na apresentação do Projeto n<sup>o</sup> 000373/2005-77, que dentre outras metas, solicita a aquisição de armamento não-letal, houve a intervenção do Diretor de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública/SENASP, Ricardo Balestreli, que enfatizou a importância do uso do armamento não-letal, ressaltando, contudo, a resistência de alguns organismos policiais quanto à utilização deste tipo de armamento. Ao encerrar a exposição, não só sugeriu que fosse feito um estudo científico, com base no monitoramento do uso deste armamento, para averiguar sua efetividade, como também alertou que é de fundamental importância que os Estados sejam orientados no sentido de adquirir uma quantidade do armamento adequado ao estudo e que a utilização seja em um único batalhão/corporação. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli acrescentou que a equipe técnica da SENASP deverá, previamente, ao analisar os projetos desta natureza, e, já sobre o prisma dessa recomendação, observar se a quantidade solicitada atende aos pré-requisitos de um estudo científico. A mesma Conselheira, reportando-se ao assunto anteriormente mencionado no início da reunião, alertou que esta recomendação deverá constar no rol de recomendações a ser confeccionado, o que foi acatado pelo Conselho.

O Projeto n<sup>o</sup> 004496/2004-04 prevê a aquisição de 300 (trezentos) pistolas não-letal. O representante da Casa Civil Tiago Falcão Silva observou que quantidade a ser adquirida será utilizada em um único batalhão e sugeriu que fosse solicitado ao Estado o acompanhamento e a avaliação do uso deste armamento. A sugestão foi acatada pelo Conselho que, após, aprovou o pleito.

Os Projetos n<sup>os</sup> 004341/2004-60, 004369/2005-88 e 004381/2004-10 foram aprovados sem a necessidade de registros específicos.

No âmbito da ação Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança (área geral e de perícia) foram apresentados os seguintes projetos:

UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
MA	002683/2005-26	Reaparelhamento dos Órgãos de Seg. Pública	0,00	1.083.664,22	1.083.664,22
RN	004477/2004-70	Reaparelhamento e Modernização do Instituto científico de Polícia – ITEP	0,00	2.616.660,00	2.616.660,00
RR	004341/2004-60	Modernização do Instituto de Criminalística - Fase I - (2 Ações)	46.261,80	144.061,20	190.323,00

RS	000373/2005-77	Redução de Lesões e Mortes, através de Ações Preventivas Investigatórias e de Correição Interna e Emprego de Armamento não letal - <b>(2 Ações)</b>	25.200,00	485.883,29	511.083,29
RS	003561/2005-57	Reaparelhamento do Centro de Motomecanização	12.644,32	42.481,56	55.125,88
RS	003562/2005-00	Transporte adequado para os cães dos Batalhões de Operações Especiais de Santa Maria e Passo Fundo	0,00	7.200,00	7.200,00
SC	003386/2005-06	Implantação do Departamento de Análises Laboratoriais no Núcleo Mesorregional de Periciais de Joinville	74.521,60	73.208,00	147.729,60
SC	004496/2004-04	Aquisição de armas não letais e treinamento para sua utilização <b>(2 ações)</b>	413.155,20	551.625,48	964.780,68

Todos os projetos desta ação foram aprovados, porém, cabe registrar que durante a apresentação do Projeto n<sup>o</sup> 004477/2004-70 o técnico da SENASP Paulo Roberto Fagundes informou ao Conselho que havia aprovado tecnicamente o projeto, contudo, seguindo orientação deste Colegiado proferida na sexta reunião extraordinária, deixou consignado em sua Nota Técnica que o repasse de recursos para o Estado, referentes aos equipamentos para o Laboratório de Toxicologia e para o Laboratório de Química e Bioquímica só deverão ser repassados após o Estado ter tomado providências assumidas de reforma e preparação dos referidos laboratórios.

Na ação Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais foram apresentados e aprovados os seguintes projetos:

UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
MG	004380/2005-48	Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública no município de Frutal / MG – <b>Emenda Parlamentar</b>	0,00	200.000,00	200.000,00
RJ	004232/2005-23	Infraestrutura para sistema de inteligência, monitoração e gravação de interceptação de telefonia autorizadas pela justiça <b>(02 ações)</b>	1.003.992,22	0,00	1.003.992,22
RJ	004233/2005-78	Infraestrutura para instalação e operação em caráter permanente da Escola de Inteligência de Segurança Pública <b>(02 ações)</b>	1.025.353,38	0,00	1.025.353,38
PI	002973/2005-70	Construção de Unidades de Segurança nos Municípios de Pequeno Porte do Estado do Piauí - Delegacia Modelo Popular	0,00	3.885.984,00	3.885.984,00
RJ	004537/2004-54	Reforma do 23 <sup>o</sup> Batalhão da PM	1.031.712,94	0,00	1.031.712,94
RJ	004531/2004-87	Construção do Batalhão de Policiamento em área turística	0,00	704.907,53	704.907,53

No âmbito da ação Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais:

UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
CE	002809/2005-62	Gestão do Conhecimento - CIT (SIP WEB, VIDEOLINK, Estações Gráficas)	594.722,02	28.620,00	623.342,02
RR	004342/2004-12	Tecnologia da Informação (02 ações)	190.294,45	552.810,06	743.104,51
PR	004473/2004-91	Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais	415.875,20	603.480,42	1.019.355,62

O Projeto n<sup>o</sup> 002809/2005-62 foi submetido ao Conselho, entretanto não foi colocado em votação porque algumas informações técnicas consideradas fundamentais pelos Conselheiros, não estavam suficientemente detalhadas, prejudicando, assim, a avaliação e por conseguinte o voto dos Conselheiros.

O Projeto n<sup>o</sup> 004473/2004-91 foi aprovado sem objeções, bem como o de n<sup>o</sup> 004342/2004-12, contudo, cabe destacar, que este último teve a meta 7 aprovada, anteriormente, quando da apreciação dos projetos da ação valorização profissional, conforme registro às fls. 04.

Ao final da apresentação dos projetos da ação em referência, a Conselheira Helenita Caiado de Acioli e o Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior retiraram-se da reunião, por força de outros compromissos profissionais urgentes e imprescindíveis.

Posteriormente, a SENASP submeteu ao Conselho 14 (quatorze) projetos sobre rádio comunicação, a serem executados no âmbito das ações intituladas “*Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais*” e “*Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança*”, a saber:

UF	Protoc.	Especificação	Ação	Custeio	Capital	Total
AM	004535/2004-65	Implantação dos Centros Integrados de Operações de Seg. no interior - <b>EXTRA</b>	REAP.	730.000,00	2.555.000,00	3.285.000,00
AL	001231/2005-27	Modernização Tecnológica do Sistema de Comunicação para SCJDS/AL - <b>EXTRA</b>	REAP.	570.000,00	2.400.000,00	2.970.000,00
BA	004439/2004-17	Modernização do Sistema de Comunicações	GC	60.920,00	1.121.376,07	1.182.296,07
CE	000239/2005-76	CIOPS - Modernização da Central PABX - EXTRA	CG	0,00	225.543,69	225.543,69
CE	000246/2005-78	CIOPS - Interiorabilidade máxima - EXTRA	CG	603.472,24	1.124.158,47	1.727.630,71
CE	000249/2005-10	Sistema de Comunicação TruKing - Ampliação - EXTRA	CG	141.808,50	2.940.101,48	3.081.909,98
CE	002396/2005-16	Reaparelhamento da Unidade de Telecomunicação do Centro Integrado de Operações de Segurança - CIOPS	REAP.	61.685,00	61.532,80	123.217,80
MS	000192/2005-41	Implementação do Sistema de Comunicação Integrada no Interior - EXTRA	CG	1.077.000,00	1.830.000,00	2.907.000,00



MT	004452/2004-76	Gestão do Conhecimento – EXTRA	GC	265.000,00	1.085.000,00	1.350.000,00
PA	000834/2005-10	Implementação das Ações de Interiorização do CIOP (Fase II) e Expansão do CIOPS de Marabá e Santarém - EXTRA	GC	0,00	5.138.806,50	5.138.806,50
PB	000371/2005-88	Programa para integração dos órgãos de seg. púb. Através do sistema único de comunicação, totalmente integrado - EXTRA	GC	1.680.000,00	3.320.000,00	5.000.000,00
PE	004524/2004-85	Expansão do Sistema de radiocomunicação no CIODS - Complemento Fase II	REAP.	0,00	950.329,19	950.329,19
PE	004532/2004-21	Ampliação da infraestrutura dos sistemas de missão crítica da defesa social - <b>EXTRA</b>	REAP.	274.422,74	857.385,93	1.131.808,67
PE	004534/2004-11	Expansão do sistema de radiocomunicação do CIODS - Fase II - <b>EXTRA</b>	REAP.	1.988.000,00	6.012.000,00	8.000.000,00
RN	000372/2005-22	Gestão do Conhecimento	CG	1.548.000,00	6.452.000,00	8.000.000,00

O funcionário da SENASP Cédric Valente iniciou a exposição sobre projetos referentes a investimentos em sistemas de radio comunicação. Ainda no início da exposição, o Conselheiro Paulo Machado solicitou a palavra para relatar que, no início de 2005, um grupo informal foi constituído no âmbito da Secretaria-Executiva para discutir a padronização da tecnologia utilizada nos sistemas de rádio comunicação, com vistas a propiciar maior interação dos sistemas de comunicação policial do país. Tal grupo, presidido pelo Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, prevê a participação de representantes da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), do Departamento de Polícia Federal (DPF) e da própria SENASP. Em face disso, o Presidente da sessão questionou, preliminarmente, se os projetos propostos estavam de acordo com as especificações técnicas discutidas pelo mencionado grupo. Ressaltou, ainda, que essa informação já havia sido repassada ao Conselho na reunião anterior, por ocasião da apreciação de um projeto semelhante apresentado por São Paulo, referente à expansão do sistema de rádio comunicação já existente no Estado. O Conselheiro lembrou que, naquela reunião, o projeto fora aprovado por força de dois motivos principais. Primeiro, tratou-se de projeto de ampliação – e não de implantação – de um sistema pré-existente. Segundo, uma vez que o Estado já havia feito investimentos para estabelecer a estrutura de rádio comunicação, o conselho entendeu que a aprovação do projeto asseguraria a própria continuidade do sistema existente. Mesmo assim, o Presidente da sessão sugeriu, naquele encontro, que os novos pleitos referentes a esse assunto (qual seja, a estruturação ou a implantação de sistema de rádio comunicação), deveriam aguardar o posicionamento do Ministério da Justiça, a ser adotado com base nos estudos conduzidos pelo mencionado grupo constituído pelo Secretário-Executivo. Declarou que o grupo sob comento não havia chegado a uma definição com relação às especificações técnicas mais adequadas em termos de interoperabilidade e integração da radio comunicação policial em contexto nacional. Assim, argumentou que estes projetos deveriam ser objeto de uma discussão mais profunda, que permitisse a especificação da melhor tecnologia de rádio comunicação a ser utilizada tanto pelos órgãos do Ministério da Justiça (DPF, DPRF, etc) quanto pelas polícias estaduais. Em seguida, o Conselheiro Daelson Oliveira Viana informou que existe um grande interesse do Secretário Nacional de Segurança Pública em realizar melhorias nas redes estaduais de comunicação policial, em face da grande carência técnico-material dos Estados, fato que prejudica grandemente a atividade policial. Feita esta observação, o Conselheiro Paulo Machado sugeriu os projetos relativos à rádio comunicação fossem apreciados no próximo exercício

mediante a apresentação de um Parecer Técnico conclusivo por parte daquele grupo coordenado pela Secretaria-Executiva. O Conselheiro Daelson Oliveira Viana informou que, paralelamente ao grupo instituído no âmbito da Secretaria-Executiva, um estudo está sendo feito pela SENASP no sentido de analisar as diversas tecnologias existentes no país na área de rádio-comunicação policial. Este estudo será apresentado aos Estados, no início do próximo ano, para que eles decidam qual tecnologia deverá ser adotada. O mencionado conselheiro ponderou que, embora haja um estudo em andamento, existem Estados que possuem demandas urgentes, como o caso do Estado do Rio Grande do Norte e de outros. Neste momento, o Conselheiro Paulo Machado sustentou que as discussões a respeito deste assunto, tanto no âmbito da SENASP como no da Secretaria-Executiva, não haviam sido concluídas. Além disso, afirmou que o orçamento do FNSP para 2005 não seria suficiente para a execução de todos os projetos apresentados. Acrescentou, ainda, que havia somente um conselheiro titular presente na sessão, já que os demais se ausentaram em razão de outros compromissos. Do mesmo modo, o mencionado conselheiro declarou que não achava conveniente que projetos de rádio comunicação fossem analisados naquele momento, tendo em vista a ausência de um posicionamento conclusivo sobre a questão por parte do grupo constituído pelo Secretário-Executivo do Ministério ou de um estudo técnico por parte da SENASP. Assim, o Conselheiro Paulo Machado pediu aos demais conselheiros que se manifestassem também a respeito do assunto. O representante da Casa Civil Tiago Falcão Silva manifestou-se favorável ao posicionamento do Presidente da Sessão, destacando que também achava conveniente esperar a conclusão dos trabalhos do grupo. O Conselheiro Eduardo da Silva, do Gabinete de Segurança Institucional/PR, também se manifestou favorável a esse posicionamento. O Conselheiro Daelson Oliveira Viana declarou que entendia a preocupação dos conselheiros. No entanto, afirmou que o Projeto nº 000372/2005-22 (Estado do Rio Grande do Norte) havia sido classificado como um projeto de alta prioridade. Nesse sentido, ressaltou que tal projeto havia sido tema de amplas discussões entre o Secretário Nacional de Segurança Pública e o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte. Em função disso, propôs ao Conselho que aprovasse o referido projeto, sob a condição de que o Estado deverá apresentar um relatório a ser anexado ao projeto, mostrando que foi feito um cotejamento entre o que foi proposto no projeto e as recomendações técnicas oriundas dos estudos conduzidos tanto pela SENASP quanto pelo grupo constituído no âmbito da Secretaria-Executiva. Ademais, o mencionado Conselheiro destacou que havia recursos no orçamento de 2005 para a celebração do projeto. Em razão desses motivos, solicitou um voto de confiança dos Conselheiros para que pelo menos este projeto fosse aprovado. Feitas estas considerações o Conselho aprovou o projeto. Porém, o colegiado decidiu que os demais projetos seriam apreciados apenas no próximo exercício, por motivo da ausência de estudo conclusivo a respeito do assunto e por força de indisponibilidade orçamentária em 2005.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às dezenove horas e quinze minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

**Paulo Machado**

Presidente do Conselho Gestor

Ministério da Justiça



Casa Civil da Presidência da República

Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República

Procuradoria-Geral da República